

Jornal do Professor



SinproRio

www.sinpro-rio.org.br

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
Ano 55 • nº 223 • Março 2014

FILIADO À **contec** **CUT** **FETEERJ**

CAMPANHA SALARIAL 2014

PÁG. 3

XI CONSINPRO

Conjunturas
e sustentação
financeira em
debate

PÁG. 6

NOTÍCIAS

Calendário Escolar
2014 – mais uma
vitória da categoria

PÁG. 7

SINDICAL

Assembleia de
Prestação de Contas
2012 e Previsão
Orçamentária 2014

PÁG. 8

SINDICAL

Implementação
do orçamento
participativo

PÁG. 12

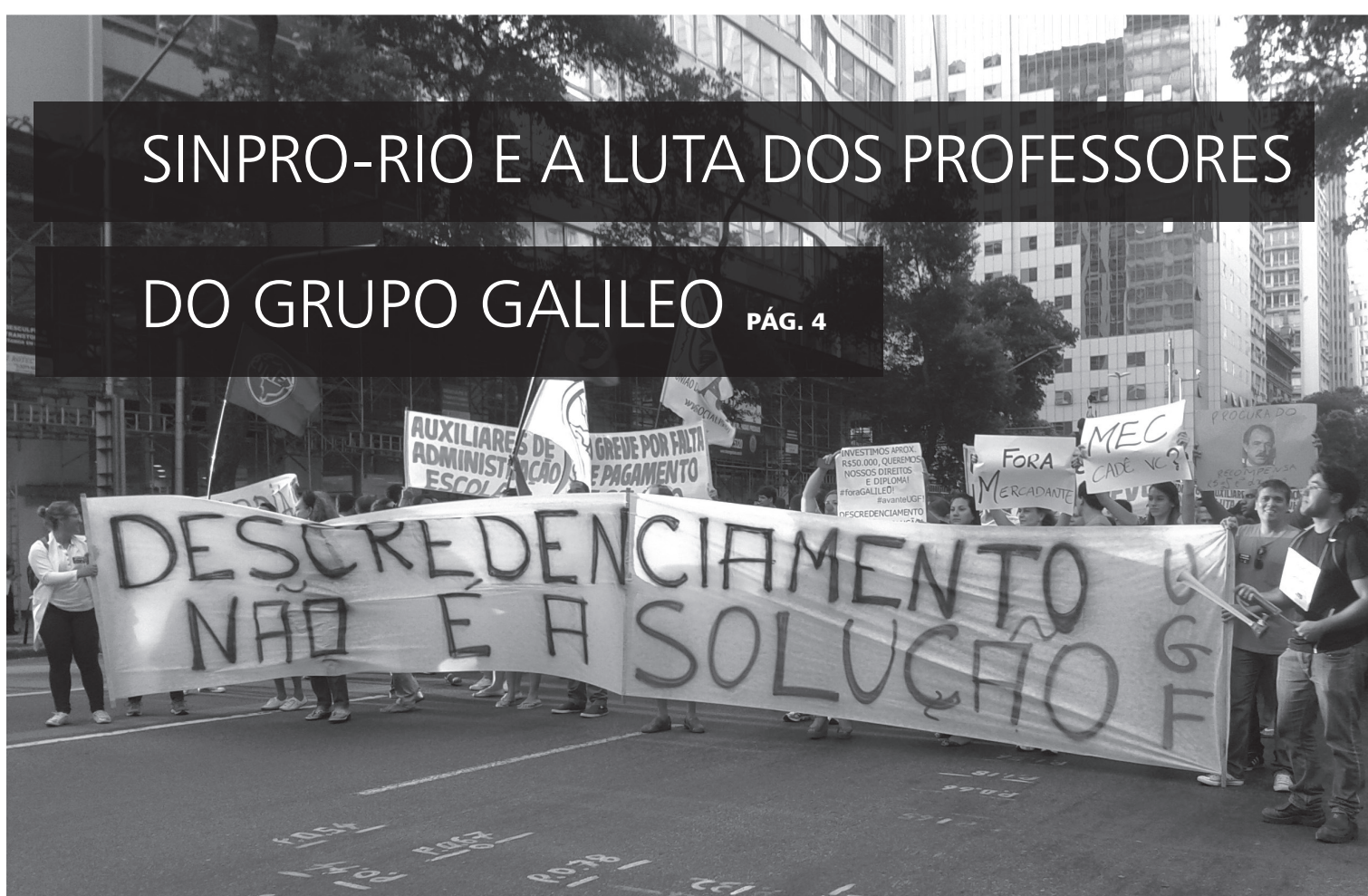
Veja aqui a versão online do
Jornal do Professor:



É só posicionar o celular sobre o QR Code.
Ou acesse o site www.sinpro-rio.org.br

SINPRO-RIO E A LUTA DOS PROFESSORES DO GRUPO GALILEO

PÁG. 4



EDITORIAL

2014: 50 anos do golpe e as “viúvas golpistas”

Marcada por três grandes eventos, a agenda do ano de 2014, se apresenta como um desafio para os trabalhadores brasileiros de modo geral, e particularmente para nós professores (as) da base do **Sinpro-Rio**. Pois, teremos, consecutivamente a Copa do Mundo Fifa, as eleições gerais, e entre estes, as eleições no **Sinpro-Rio**, em agosto. Tudo isto quando se completa os cinquenta anos do golpe civil/militar no Brasil, com manifestações pró-ditadura, organizadas pelo velho espírito udenista golpista, que não consegue disfarçar o cheiro de “farsa histórica”.

Paralelamente a isto, na União Europeia (UE) a extrema direita avança eleitoralmente, enquanto no leste europeu, tem contribuído para o tensionamento na região, envolvendo a Rússia, as ex-repúblicas soviéticas, e a própria UE e os EUA. No Oriente Médio, permanecem ainda as questões não resolvidas, e potencialmente explosivas da Palestina, Síria e Irã, além das mal resolvidas, Iraque e Afeganistão. Por sua vez, na América Latina, a atual situação conturbada na Venezuela, coloca em cheque o equilíbrio regional. Estas questões externas envolvem parcerias internacionais, comerciais, tecnológicas e financeiras fundamentais para nossa política externa e de estratégias econômicas de desenvolvimento.

No cenário nacional, o quadro não traz grandes novidades, nas candidaturas que por ora se apresentam. O desconforto do governo com sua base “aliada”, o vício udenista de grande parte da oposição e a dança das cadeiras das composições partidárias revelam os frágeis alicerces de nossa estrutura político partidária, alvo preferencial das manifestações que tomaram conta das ruas de nosso país em 2013, e que ainda não se alteraram. Esse quadro possui reflexos diretos na pauta e agenda de todos nós, trabalhadores, pois leva a uma letargia nos poderes da república – legislativo, executivo e até o judiciário, que evitam polêmicas em véspera de eleições e adiam decisões fundamentais para classe trabalhadora.

Neste quadro insere-se a grande mi-

dia comercial local, que insiste em pautar o retrocesso social no país, enquanto os empresários nacionais, muitos representantes do capital internacional, insistem em pressionar o executivo federal e o congresso nacional, com suas “101 sugestões”, para alterar legislação trabalhista, impondo uma política flexibilização gradativa, através de diversas PLs, tais como por exemplo as: PL 948/2011 (impede o demitido de reclamar na justiça), PL 1463/2012 (prevalência do negociado sobre o legislado) e PLS 62/2013 (suspensão do contrato de trabalho).

Tudo isso somado as ameaças aos direitos sociais, com a constante campanha de criminalização dos movimentos sociais, com o ataque midiático sob os direitos das minorias, com as campanhas pela redução da menoridade penal (16 anos) e a espetacularização da violência contra a mulher, as crianças e os idosos. É importante reafirmar, aqui, que todo este quadro só reforça a necessidade do aprofundamento das políticas de inclusão em nosso país, através de investimentos em políticas públicas de Estado.

Na esfera educacional, nossa agenda foi alterada substancialmente com o cancelamento da 2ª Conferência Nacional de Educação, em fevereiro 2014, e postergada para após as eleições gerais, em novembro. Com relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), ainda não aprovado (desde 2011) no Congresso Nacional, é importante continuar atento, mobilizado e aumentar a pressão junto aos parlamentares para sua aprovação, também dificultada pelas eleições gerais, na perspectiva de que o resultado final seja a garantia dos 10% do PIB para educação pública.

No que tange a educação superior o cenário nacional continua desfavorável aos trabalhadores, pois como já denunciávamos na CPI, inclusive, e nas diversas ações encaminhadas na Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e dos seus entregues ao MEC, que os abusos e as irregularidades no setor, apesar das questões locais, são problemas de dimensão nacional, e se materializam na financeirização e desnacionalização das IES

privadas, que passam por fusões, que movimentam bilhões de reais e fazem surgir os “monstros educacionais”, que são na verdade oligopólios, que caminham para uma cartelização do setor.

Ainda neste cenário, tivemos um desfecho parcial e insatisfatório para a questão Galileo Educacional com o descredenciamento da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade; atitude que como divulgamos não

“ não podemos permitir o retrocesso em nossas conquistas, que é preciso resistir e ter o entendimento de que nós professores lutamos contra os golpismos oportunistas de todas as formas ”

resolveu os problemas dos trabalhadores e não apontou para uma ação profilática no setor, que continua com inúmeras IES, na mesma situação, algumas a mais tempo do que as descredenciadas. Nossa posição sempre foi contrária ao descredenciamento destas instituições e lutamos pela intervenção do MEC, pela manutenção dos postos de trabalho.

É importante lembrar que, além de tudo isto, o **Sinpro-Rio** também é responsável atualmente por seis Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e três Convenções Coletivas de Trabalho (CCT). Nestes se destacam as Campanhas Salariais da Educação Básica e da Educação Superior (vide calendário pág. ...), onde não pararam as paritárias temáticas, com os assuntos específicos – Ex.: EaD, pós latu-sensu -, apoiadas em pesquisas online (vide pag.) com a categoria. Na Educação Básica, com a CCT bianual, onde estão garantidas as cláusulas sociais preexistentes, concentramos nossa luta no ganho real e, na continuidade, das negociações pela recupera-

ção dos pisos salariais, principalmente da Educação Infantil e Fundamental 1.

Nossos compromissos com a saúde e as condições de trabalhos dos professores (as) permanecem e podemos apontar como exemplo o enfrentamento, a cada ano, no mês de janeiro, pelas férias dos professores (as); fato já reconhecido por mais de 95% das escolas de nossa base. Quanto ao recesso escolar de meio de ano; ocorre preferencialmente nas últimas semanas de julho, no entanto, excepcionalmente, neste ano de Copa Fifa, chegamos ao entendimento com o sindicato patronal e este deverá ocorrer entre e dias 30/06 e 14/07; enquanto, não tivermos uma posição séria, por parte das autoridades públicas, sobre um Calendário Escolar Unificado para um estado e uma cidade, com vocações para eventos internacionais.

Por fim, não podemos deixar de convocar a categoria para todas as nossas lutas, e ainda este ano, em agosto a participarem do pleito eleitoral de nossa entidade de 83 anos de histórico de luta e resistência democrática. Onde deverão ser alvo de debate as conclusões de nosso 11º Consinpro (11º Congresso do **Sinpro-Rio**) (vide pág,...) nossas bandeiras e estratégias para os próximos três anos. Professor (a) verifique sua situação cadastral no **Sinpro-Rio** e aguarde o próximo número do Jornal do Professor, especial eleitoral, para todas as informações sobre o pleito.

Com tudo isso, 2014, tornou-se um desafio maior ainda para nós trabalhadores, onde a mobilização é imperativa, pois nossas lutas não são episódicas nem simples. Elas são permanentes e duras, e estas são o nosso maior patrimônio. Neste sentido é preciso reforçar que não podemos permitir o retrocesso em nossas conquistas, que é preciso resistir e ter o entendimento de que nós professores lutamos contra os golpismos oportunistas de todas as formas, em todas as esferas. Nossa luta é pelo fortalecimento da educação pública, e pela defesa da democracia e justiça social, contra as “viúvas golpistas” da ditadura e pelo desenvolvimento nacional.

A Diretoria.



EXPEDIENTE

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região • Sinpro-Rio

SEDE CENTRO

Rua Pedro Lessa, 35 • 2º, 3º, 5º e 6º andares
CEP 20.030-030 • Tel. (21) 3262-3400
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • CAMPO GRANDE

Rua Manai, 180 • CEP 23.052-220
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA

Av. das Américas, 5.777 • salas 202 e 208 a 211
CEP 22.793-080
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109 • 2497-3710
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • MADUREIRA

Rua Carolina Machado, 530 • salas 210, 211 e 212
CEP: 21351-021
Tels. (21) 3350-6233 • 3350-6255 • 3350-6149
e-mail: madureira@sinpro-rio.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Wanderley Júlio Quêdo

1º vice presidente
Antonio Rodrigues

2º vice presidente
Dilson Ribeiro da Silveira

1º secretário
Márcio Fialho de Oliveira

2º secretário
Hélio de Oliveira Maia

1º tesoureiro
Marcelo Pereira

2º tesoureira
Magna Corrêa de Lima Duarte

Procurador
Afonso Celso Teixeira

Comunicação
André Jorge Marinho

Patrimônio
Vera Lúcia S. Da Câmara

Educação
Maria do Céu Carvalho

Suplentes

Rosi Alves Menescal
Francisco Brossard Correa de Mello
Hiran Rodol
Fernando Linhares Gomes Soares

CONSELHO FISCAL**Titulares**

João Paulo Câmara Chaves
Paulo César Azevedo Ribeiro
Arnaldo Borba Júnior

Suplentes

Octávio Ferreira Filho
Suzana Castro de Souza
Joaquim Pereira Esteves

FEDERAÇÃO**Titulares**

Fernando da Rocha Magno
Norma Ceribello

Suplentes

Marina Job Vasques de Freitas Espírito Santo
Terezinha Freitas de Azevedo

DIRETORES DE ZONAS**Zonal Centro**

Celeste Tereza Correia Morgado
José Carlos Vieira Campos

Zonal Sul

Fernando Antônio da Costa Vieira
Carlos Henrique de Carvalho Silva

Zonal Tijuca

Valquíria Jorgina Juncken
Ronald Leme Louro

Zonal Barra/Jacarepaguá

Marco Túlio Paolino
Carla Danielle dos Santos São Bento Pereira

Zonal Méier

Wellington Freitas da Silva
Alexandro Gomes

Zonal Central

José Clóvis Praxedes de Araujo
Vânio Marcos Lenzi

Zonal Oeste

Viviane Almeida de Siqueira
Lucimar Pedreira do Bonfim

Zonal Leopoldina

José Ângelo de Souza Benedito
Ana Lúcia Guimarães

Zonal Ilha

Aguida V. Cavalcante Silva
Walter Arazi Neiva

O *Jornal do Professor* é uma publicação do **Sinpro-Rio**.

É permitida a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que citada a fonte.

Solicita-se também o envio de um exemplar da publicação, para arquivo.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor Responsável
André Jorge Marinho

Jornalista
Alessandra Novaes (MT RJ 22.321)

Redação
Bianca Argenta

Colaboração
Marcelle Andrade e Emília Augusto

Projeto gráfico e diagramação
Ana Cantarini

Impressão
Gráfica Mais (Tiragem: 18.000)

CAMPANHA SALARIAL 2014

Calendário das Assembleias de Pauta

Na campanha salarial de 2013, foi conquistada a assinatura bianual da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Essa medida assegurou que as cláusulas sociais, como estabilidade pré aposentadoria e a gratuidade do filho do professor já estão garantidas, ficando apenas o índice, composto pelo INPC e o ganho real, para negociação.

Na educação superior, o Sinpro-Rio vai apresentar o resultado das mesas paritárias que ocorreram ao longo de 2013 e a proposta de reajuste para 2014 e incorporação de cláusulas sociais. Participe dessa luta e acompanhe outras informações nos canais oficiais de comunicação do sindicato.

DATA BASE	INSTITUIÇÕES	DATA	HORÁRIO	LOCAL
1º DE ABRIL	EDUCAÇÃO BÁSICA	05/04/14 (sábado)	10h	Sede
	EDUCAÇÃO SUPERIOR	05/04/14 (sábado)	14h	Sede
	CIEM/IBER	Bianual		
	IBEU	22/03/14 (sábado)	17h30	Sede
	ALIANÇA FRANCESA	29/03/14 (sábado)	13h30	Sede
	CULTURA INGLESA	Bianual		
1º DE MAIO	FGV	12/04/2014 (sábado)	12h	FGV
	EDUCAÇÃO BÁSICA (BASE ESTENDIDA)	12/04/2014 (sábado)	10h	Subsede C.Grande
	SESC-BARRA	19/03/2014 (quarta-feira)	16h	SESC
	SESI/RJ	Feteerj	14h	SESI

EDUCAÇÃO INFANTIL

PNE x Educação Infantil

Sinpro-Rio recomenda a revisão da Meta 5 do projeto de PNE

O Sinpro-Rio, diante da aprovação do Relatório do Plano Nacional de Educação – PNE - pela Comissão de Educação do Senado, com a manutenção do texto da Meta 5, que fere orientações e conquistas da Educação Infantil pública brasileira, recomenda a revisão da mesma pelas razões que expõe a seguir.

A Meta 5, aprovada pela Câmara dos Deputados tem a seguinte formulação: “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”;

A versão aprovada pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) , do Senado Federal, diz: “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano; e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano“..

A versão da Câmara dos Deputados está coerente com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC - (Lei nº 12.801/2013), que expressa o entendimento do Ministério da Educação e dos Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino e com o que vem sendo defendido por diferentes instituições e organizações da sociedade civil, tais como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a Rede Nacional pela Primeira Infância.

A mudança de redação tem implicações profundas na concepção e na prática da alfabetização, ou seja, na abrangência e significado desse conhecimento e das habilidades a ele relacionadas, no tempo destinado à sua conclusão, aos seis ou aos oito anos de idade, e na ideia de ciclo de um ou de três anos para se completar.

Reconhecemos como justa e oportuna a intenção da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de fazer uma exigência maior à escola pública quanto à alfabetização de todas as crianças. É preciso, sim, primar pela qualidade do trabalho docente, como também pelas condições de aprendizagem das crianças. No entanto, a redução do tempo de alfabetização para um ano ou sua antecipação para o sexto ano de idade, em vez de ganho, poderá ser uma grande perda. O que importa não é “ganhar um ou dois anos”, e sim realizar a efetiva compreensão do funcionamento da língua escrita e seu uso apropriado pelas crianças.

Se a versão atual da Meta mantém a concepção de alfabetização adotada pela Câmara dos Deputados, de um ciclo de três anos, alterando apenas o ano em que deve ser concluída (seis anos de idade), ela teria que iniciar aos quatro anos de idade, ou seja, na pré-escola. Ora, a alfabetização, como diz apropriadamente o

Relator do PNE na CAE, “não se reduz à mera decodificação dos sinais gráficos. Mais do que isso, ela traduz um processo de utilização da língua escrita em diversos ambientes, marcada pelo domínio da rede de significados dos textos e adequação deles nas diversas situações” (Parecer ao PLC 103/2012). Antecipar ou reduzir o período que as crianças têm para compreenderem o funcionamento da língua escrita nos seus diferentes contextos pode induzir à retenção, à estigmatização e à exclusão precoce das crianças das camadas populares que, majoritariamente, frequentam a escola pública.

Se ela deve ser efetivada em um ano, seu conceito é estreito, reduzido a uma habilidade de escrever palavras e pequenas frases, ao passo que, sendo trabalhada como um ciclo mais extenso, ela se conclui quando a criança alcança a compreensão do ler e escrever como ato de comunicação e produção de sentidos. Esse processo requer contato frequente e vivência de situações significativas de uso da língua escrita que, num contexto de aprendizagem bem planejada, pode ser finalizado com sucesso em um ciclo de três anos. Portanto, a proposta de redução de tempo ou de faixa etária se mostra inadequada e incoerente tanto com a visão de alfabetização quanto de Educação Infantil que possui características distintas do Ensino Fundamental, uma finalidade própria e uma pedagogia adequada às características da primeira infância.

Sinpro-Rio participa do Encontro Nacional do Mieib

O Sinpro-Rio participou através da sua Comissão de Educação Infantil do XXIX Encontro Nacional do Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), nos dias 20, 21 e 22 de novembro, em Brasília. Representando o Rio de Janeiro/Sinpro-Rio, tivemos a diretora e coordenadora da Comissão de Educação Infantil Águida Cavalcante. “Consolidando demandas: políticas, formação e práticas” foi o tema central desse encontro que contou com a presença de várias entidades e instituições. Ao final de três dias de ampla discussão em torno das demandas da Educação Infantil no Brasil, foi construída a “Carta de Brasília” que reafirma os princípios, concepções, ações, propostas e políticas do Mieib. Para ler a carta na íntegra, consulte o site do Mieib: www.mieib.org.br.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sinpro-Rio e a luta dos professores do Grupo Galileo

Sinpro-Rio mantém a luta contra a mercantilização e precarização da Educação apesar da omissão do MEC

A luta do **Sinpro-Rio** na Educação Superior teve, através da Comissão de Educação Superior, o enriquecimento da dimensão política e acadêmica do atual contexto do Ensino Superior Privado no Rio de Janeiro e no país. A organização dessa comissão ampliou a luta do Sindicato e a defesa da categoria em diversas Instituições de Ensino Superior Privadas (IES).

A situação do Ensino Superior Privado, que até hoje, não conta com qualquer regulamentação por parte do

poder público, tem realizado uma profunda precarização das relações de trabalho, possibilitando a formação de alunos de forma aligeirada e sem contribuir com o desenvolvimento de um projeto nacional. Um dos casos mais emblemáticos foi o da Galileo Educacional. A luta contra esse grupo representa a defesa da qualidade da educação e dos direitos trabalhistas.

Diante dessa situação, o **Sinpro-Rio**, entre 2009 a 2012, solicitou à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro diversas audiências públicas

para expor o grave cenário do Ensino Superior Privado no Estado. Um dos principais resultados foi a CPI realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj.

Com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação Superior Privada, presidida pelo deputado Paulo Ramos (PDT) e relatada pelo deputado Robson Leite (PT), na Alerj, as inúmeras denúncias sobre as irregularidades do Ensino Superior Privado foram investigadas e tiveram seus resultados apresentados

ao longo de mais de 20 sessões realizadas na casa.

Diversas Instituições do Ensino Superior (IES) foram convocadas para as audiências: Cândido Mendes, Suesc, Castelo Branco, Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ), Universidade Veiga de Almeida, Universidade Estácio de Sá. Além dessas, merece um destaque especial o Grupo Galileo Educacional, proprietária da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade. Sobre esse último grupo cabe recuperar o seu histórico.

O Histórico da luta contra o Grupo Galileo

2012

- Na audiência pública com a Comissão de Educação da Alerj, foi decidido levar as denúncias a Brasília. O Grupo Galileo Educacional, como mantenedor, realiza a fusão da Gama Filho e da UniverCidade, promove a demissão de aproximadamente 3.500 trabalhadores (professores, técnicos e auxiliares de educação) e mantém atrasos sistemáticos de salários, décimo terceiro e adicional de férias.

- O **Sinpro-Rio**, junto com as Associações Docentes, deflagra greve na UGF e na UniverCidade.

- O **Sinpro-Rio** pressiona o MEC e protocola dossiê contendo denúncias trabalhistas e irregularidades educacionais praticadas pelo Grupo Galileo e pede a intervenção do MEC e a não autorização da manutenção da Universidade Gama Filho e UniverCidade para o Grupo Galileo.

Março

- Em março deste ano, os professores das duas IES deflagram nova greve com o slogan “Sem salário, sem aula”, reivindicando pagamento integral dos salários atrasados de janeiro e fevereiro e o pagamento do 1/3 de férias de 2011/2012
- A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) suspende a autonomia do grupo Galileo, publicando o despacho no Diário Oficial da União.

Abril

- Os professores aceitam a nova proposta de calendário de pagamento e encerram a greve nas duas instituições, mas decidem manter o estado de greve a fim de acompanhar o cumprimento do novo acordo.

2013

Julho

- A Galileo não cumpre o acordo e os professores, que continuam com os salários atrasados, retomando a greve.
- No final do mês, os professores da UniverCidade e da UGF suspendem a greve, motivados pela intermediação do MEC nas negociações com o grupo Galileo, em reunião ocorrida em Brasília dias antes.

Agosto

- Aprovado o relatório final da CPI na íntegra, com 79 encaminhamentos e solicitações ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Educação. O relatório foi enfático no pedido de fiscalização e acompanhamento do MEC.

Setembro

- Os professores terminam a greve e retomam as aulas, porém, estabelecem o estado de greve.

Outubro

- O Grupo Galileo comunica a proposta de demitir cerca de 300 docentes da UniverCidade e da Gama Filho. Continuando sem os salários, os professores da Gama Filho retomam a greve.

- Os professores das duas IES decidem retomar a greve, mais uma vez, por falta de pagamento e contra a precarização do ensino e das péssimas condições estruturais em que as unidades se encontravam.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

2014

Janeiro

- No dia 08 de janeiro é realizado ato unificado com **Sinpro-Rio**, Associação Docente da UGF e da UniverCidade, União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Estadual dos Estudantes (UEE) e DCE das duas IES na Avenida Rio Branco, para protestar, chamar a atenção da sociedade e cobrar uma solução do Ministério da Educação. O grito entoado questionava ao grupo Galileo "O que aconteceu? Paguei o meu boleto e o professor não recebeu".

- A partir da pressão, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reúne-se com os estudantes que estavam acampados em frente ao Ministério da Educação. Na ocasião, o ministro anuncia a criação de uma comissão de acompanhamento para discutir a situação nas duas instituições.

- No dia 13 de janeiro, o presidente do **Sinpro-Rio**, professor Wanderley Quêdo, vai ao Ministério Público Federal (MPF) para buscar uma intervenção do MEC no caso Galileo, a fim de garantir os direitos dos professores, alunos e funcionários.

- Na noite do mesmo dia, o Ministério da Educação anuncia o descredenciamento da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade. A alegação foi a baixa qualidade acadêmica, o grave comprometimento da situação econômico-financeira da mantenedora e a falta de um plano viável para superar o problema, além da crescente precarização da oferta da educação superior. Na mesma nota, o MEC assegura a transferência de todos os alunos para outras IES.

- No dia 14, o **Sinpro-Rio**, apresenta denúncias no MEC e no Ministério Público, encaminha documentos, e exige a responsabilidade do Ministério da Educação com os trabalhadores.

- Reitores das instituições de ensino federais do Rio de Janeiro propõem a federalização da Gama Filho e da UniverCidade. Em nota, enfatizam a preocupação com a qualidade da educação, e com a responsabilidade do Governo Federal no credenciamento e acompanhamento das universidades, faculdades e cursos em funcionamento no país.

- No dia 15 de janeiro, o **Sinpro-Rio** e as associações de docentes

da Gama Filho (ADGF) e da UniverCidade (Adoci) vão a Brasília para uma reunião com o MEC, a fim de reverter o descredenciamento e cobrar uma medida que atentasse à situação dos professores e funcionários das IES. O MEC mantém o descredenciamento e anuncia a criação de uma nova modalidade da transferência assistida, para que o corpo docente tivesse a oportunidade de ser contratado na instituição aprovada para receber os estudantes.

- O **Sinpro-Rio** recorre mais uma vez ao MPF, expondo dados e argumentos que evidenciam a inviabilidade da transferência dos mais de 10 mil alunos e do aproveitamento dos 1.600 professores e 1.000 funcionários. Demonstrada tal inviabilidade, a proposta pedia a intervenção judicial através de uma ação civil pública, nomeando um intervenor e afastando o grupo Galileo, passando por uma auditoria para, assim, retomar o funcionamento das duas instituições.

- No final do mês de janeiro, o MEC publica em Diário Oficial o edital de Transferência Assistida.

Fevereiro

- A bancada de deputados federais do Rio de Janeiro vai a Brasília discutir as questões do descredenciamento e da Transferência Assistida. Os deputados propõem a criação da Insaes, contemplando a intervenção nas duas instituições de ensino, tal como já havia sugerido o relatório final da CPI da Educação Superior Privada, em outubro do ano passado.

- O MEC envia um comunicado para a imprensa descartando a possibilidade de federalização da UGF e da UniverCidade.

- Diante de todo esse quadro de precarização e desrespeito, o **Sinpro-Rio**, e as associações docentes continuam empenhadas no auxílio aos inúmeros professores que ficaram desempregados. As assembleias continuam sendo realizadas com o intuito de permanecer um espaço aberto para dúvidas e informações, no qual a presença de todos os professores e professoras continuam sendo importante.

AS BARREIRAS DE UMA ASSOCIAÇÃO

A distância entre empregador e empregado é configurada principalmente pela força exercida pelos patrões através de imposições e normas que, normalmente, obrigam o trabalhador a cumprir regras unilaterais que só favorecem e reforçam o domínio do poder. A classe dominante atua em todos os setores na exploração da mão de obra e em algumas categorias a pressão é mais flagrante na medida em que ao menor sinal de organização de uma representatividade a perseguição e conseqüentemente a retaliação inibem as iniciativas e vontade na formação de uma associação.

Na educação as barreiras para a formação de uma associação são maiores. Nós, professores da UniverCidade, durante muitos anos sofremos para conseguir implantar a ADOCI – Associação Docente da Cidade. Na década de 90 o

grupo que iniciou a organização da representação foi sumariamente demitido. Na ocasião o então gestor Ronald Levinsohn foi claro ao afirmar que não admitia a formação de representação de professores e alunos. Vale ressaltar que também o relatório dos estudantes foi extinto.

O tempo foi passando e os professores acudados conviveram durante anos com a política imposta pela direção e com os atrasos nos pagamentos e depósitos de fundo de garantia e recolhimento de INSS.

Ao final da sua gestão, Ronald deixou mais uma vez sua marca demitindo toda a diretoria da nova associação que se formava, repetindo o que fizera no passado, e só os dirigentes sindicais se salvaram da degola.

Foi em 2013, após a inédita paralisação dos docentes em toda a história do ensino superior privado, com a liderança

do Maurício Werner a nossa participação e dos professores Ricardo Oliveira e Nelson Antonio conseguimos nos organizar com o apoio do SinproRio, fundamental em toda a trajetória, e não demorou muito e o grupo já era bem grande com destemido guerreiros participando das assembleias e manifestações.

Com a criação da ADOCI em maio de 2013 fortalecemos a nossa luta e chegamos a Brasília, sempre ao lado do **Sinpro-Rio**, numa árdua luta contra os poderosos. Hoje, com o descredenciamento imposto pelo MEC a associação continua acompanhando as ações e providências sempre em defesa dos professores. Para todos nós da diretoria da ADOCI fica a certeza de ter cumprido a missão, afinal fomos combativos, críticos e participativos em todos os momentos. Não temos responsabilidades sobre o desfecho, afinal nada devemos, ao contrário, somos credores.

Todo o trabalho da associação dividimos com uma diretoria valorosa: Magna Duarte, vice presidente; Henrique Pires, secretário geral; Rose de Figueiredo, diretora de comunicação; Regina Cavalcanti, diretoria jurídica; Ricardo Oliveira, diretor social e eventos; Sérgio Duarte, diretor de planejamento; Nelson Antonio, diretor financeiro; e os suplentes da diretoria, sempre atuantes, José Abramovitz, Vera Camara e Alba Valeria. Todos destemidos e com muita participação em todos os momentos.

Valeu, valeu demais. Começaria tudo novamente, afinal sempre preferi lutar sem parar a me arrepender de não ter lutado.

SIDNEI AMARAL

Jornalista, Publicitário, Professor de Jornalismo, Publicidade/Propaganda e Marketing, Especialista em Ensino Superior, Mestrando em Educação

XI CONSINPRO

Conjunturas e sustentação financeira do Sinpro-Rio em debate

Realizado nos dias 13 e 14 de dezembro da unidade Praia Vermelha, da UniRio, o 11º Congresso do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Consinpro) reuniu cerca de 100 delegados, que debateram os temas conjunturas política, educacional e sindical e sustentação financeira da entidade.

Duas teses foram apresentadas e a tese 1 “Sinpro para Todos”, que foi eleita como tese guia do congresso, recebeu cerca de 40 propostas de emenda, democraticamente discutidas, aprovadas ou rejeitadas pelos delegados.

Para o secretário-geral do Sindicato, organizador do congresso, o 11º foi, sem dúvida, o mais importante Consinpro que o Sinpro-Rio já realizou. “Ele consolidou nossas bases, nossas bandeiras de luta e terá a responsabilidade de criar mecanismos de sustentação financeira. Nossa expectativa era de termos em torno de 200 delegados, mas considerando o período em que foi feito, os 100 participantes formam um número consideravelmente significativo. O saldo é muito positivo”, ponderou o sindicalista.

Outros delegados, presentes ao evento, também avaliaram o congresso:

“O Consinpro é um momento importante da categoria, estamos fazendo uma reflexão coletiva sobre conjuntura educacional do Brasil e do estado, vendo que inflexões ela traz para as nossas lutas sociais, especialmente no Rio de Janeiro. Há um conjunto de questões importantes sobre a sustentabilidade do Sindicato, estamos tentando nos debruçar sobre isso e ver como podemos dar respostas efetivas para poder superar algumas crises financeiras que enfrentamos, e espero que possamos sair desse congresso com mais unidade, com uma perspectiva socialista mais confirmada”.

(Jorge Afílio, secretário-geral da ADGF, professor universitário)

“Estar aqui no Consinpro me esclarece muitas coisas. Estou conseguindo entender muitas coisas aqui: como é o funcionamento interno, a estrutura do sindicato e entender o porquê de taxas, de cobranças, da economia do Sindicato, isso está me chamando atenção no 11º Consinpro de modo especial”.

(Fátima Rodrigues da Silva, professora da Educação Fundamental I)

“Na verdade, eu era muito resistente a atuação sindical no Brasil, por achar que o Sinpro-Rio mantinha um vínculo com o passado, um passado muito diferente da nossa atualidade. Vejo nessa gestão atual uma preocupação muito grande em tentar trazer o professor de volta para o Sindicato, com um discurso de um sindicalismo mais moderno, que agregue e não discrimine por políticas partidárias e sim pelo que o professor precisa. Isso me aproximou da entidade e, hoje, sou um defensor dessa ideia”.

(Ricardo Oliveira, professor da UniverCidade)

“Esse trabalho é muito necessário e no congresso acontece um pouco disso. Agora este congresso, neste momento, é ainda mais necessário, porque ele fala de um momento político que está sendo vivido dentro do Sinpro-Rio e é a hora do debate”.

(Adalgisa Burity, professora da base do Sinpro-Rio, aposentada - Copap)

“O Sindicato tem grande atuação em defesa da categoria... se não fosse o Sindicato, nós, por exemplo, na UniverCidade não teríamos alcançado nem um terço do que alcançamos. Então a entidade tem o seu valor, o seu mérito, e essa diretoria para mim está de parabéns por tudo que vem realizando”.

(Sidnei Amaral, professor da UniverCidade, presidente da Adoci)

“Já estou sindicalizado há mais ou menos 10 anos e essa é a primeira vez que tive oportunidade de atuar como delegado nesse congresso. Tenho percebido na atual gestão, cada vez mais, uma abertura para a participação dos professores, professores até mais jovens como eu, e acredito que isso tudo vá caminhar para uma maior participação dos professores para poder buscar pelos seus direitos e melhores condições de trabalho.”

(Júlio Dória, professor de História do Ensino Médio)



Abertura do Congresso

Foto: Bianca Argenta

“Estamos discutindo toda uma estrutura do Sinpro-Rio, já está na hora de renovar, pois o Sinpro-Rio já está com 80 anos. Quando vamos fazer? Vamos fazer isso agora. Estou achando interessantíssimo, porque só quando temos uma discussão é quando podemos tirar uma coisa boa, porque se todos forem para um lado só, não há debate. Essa discussão é muito saudável. Então é fazer com que as melhores coisas que tenham aparecido nesses dias contribuam com as soluções para o crescimento e desenvolvimento do Sinpro-Rio”.

(Bernardete Bittencourt da Fonseca – delegada pela Copap)

“Essas discussões são construtivas, vão fazer reformulações de acordo com o que foi decidido na Plenária, porque essas discussões foram bem acirradas, bem democráticas e agora vamos na ação como isso vai se concretizar, que é o mais importante”.

(Dinah Luiza da Silva, orientadora educacional)

“É a primeira vez que participo de um congresso. Da parte técnica, o conteúdo está muito bom, rico nas suas reivindicações”.

(Maria Nirvandy, pedagoga e delegada pela Copap)

“É o primeiro Consinpro que participo, e essas propostas que em relação à melhoria para os professores me chamaram a atenção. Falaram sobre os professores trabalharem aos sábados, sobre os professores terem que ir à escola para as festas, sem remuneração, achei isso muito importante. Como eu não participo muito, não fiquei inteirado dos pontos que foram colocados sobre a questão financeira. Seria bom trabalhar mais as condições de trabalho e saúde do professor, sei que para alguns que estão diretamente ligados, a questão financeira é interessante, para mim, que não estou, é mais importante essa parte de melhorias”.

(Ulisses Nunes, professor de Biologia)

“Essa diretoria atual realmente tem feito com que viesse a frequentar, não só pelo problema da UniverCidade, mas pelo sindicato em si. O Wanderley trouxe um aspecto diferente, porque eu tinha o Sindicato como trampolim político somente, mas o Wanderley não, vejo que ele é de batalha, é uma pessoa que está à frente de tudo, principalmente na nossa luta. Então acredito que, com esse Consinpro e com algumas mudanças que estão sendo sugeridas, o Sindicato vai melhorar ainda mais, porque essa diretoria já melhorou bastante”.

(Regina Cavalcanti, professora de Direito, UniverCidade)

NOTÍCIAS

Sinpro-Rio participa da II Conae

A regulamentação do setor privado foi defendida pelo Sinpro-Rio

Nos dias 27, 28 e 29 de setembro, ocorreu, no Colégio Pedro II, em São Cristóvão, e no Colégio Antônio Prado Júnior, na Tijuca, a etapa estadual da Conferência Nacional da Educação (II Conaej).

A Conferência Nacional de Educação (Conae) teve como tema “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração” e teve a participação ativa de todos/as delegados/as que defenderam as propostas dos seus encontros intermunicipais.

O Sinpro-Rio contou com a participação dos seus diretores e dos(as) professores(as) da base de representação nas reuniões de eixo temático e nas plenárias. “A importância da Conferência é singular. Primeiro, por ser um espaço de pressão popular para aprovação do PNE, que tramita no Congresso Nacional desde 2011. Segundo por ser um espaço educativo e de empoderamento de todos os envolvidos com o processo educacional: trabalhadores(as), estudantes, gestores, pais e sociedade”, destacou André Jorge Marinho, representante do Sinpro-Rio na Comissão

Organizadora Estadual. Entre os principais debates realizados na Conae foram destaque a regulamentação do setor privado, a luta contra a financeirização da educação; a valorização profissional; qualidade do ensino, acesso e permanência do estudante na escola, acessibilidade, controle social dos recursos e do processo educativo.

O Rio de Janeiro contará com 178 delegados(as) na etapa nacional. A Conae é um espaço democrático aberto pelo Poder Público e articulado com a sociedade para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional.



Foto: Bianca Argenta
Diretora Maria do Céu Carvalho fala durante abertura da Conferência

Calendário Escolar 2014 – mais um passo na vitória da categoria

Após “férias em janeiro” virar lei, continua a luta pelo recesso escolar de julho

O Sinpro-Rio e o Sinepe-RJ, em acordo, fecharam um calendário escolar específico para 2014, devido à Copa do Mundo, evento que deve alterar significativamente a rotina dos cariocas. O calendário prevê recesso de 30 de junho a 14 de julho e será um bom teste para que o patronato perceba que o mote das férias em janeiro com recesso em julho não só não causa prejuízos ao calendário escolar como possibilita a todos um planejamento mais efetivo para as escolas, professores, alunos e famílias.

As “Férias em Janeiro”, como é conhecida a Lei 6.158, de 9 de janeiro de 2012, é uma grande vitória da categoria, aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), prevê a simultaneidade e a integralidade das férias no mês de janeiro nas redes públicas municipais e privada dentro do Estado do Rio, e na rede pública estadual do Rio.

A conquista, no entanto, não foi natural ou dada aos professores: é fruto de intensa luta da categoria através do seu Sindicato e de parlamentares que entenderam a causa e apoiaram esta demanda dos trabalhadores. Da mesma forma, o recesso em julho ainda é um objetivo dos trabalhadores em educação.

CALENDÁRIO ESCOLAR 2014

JANEIRO - FÉRIAS

Lei Estadual 6.158, de 09/01/12

RECESSO ESCOLAR - COPA 2014

30/06 até 14/07

Conforme orientação do Sinpro-Rio e Sinepe-RJ

Diretores do Sinpro-Rio participam do Consind da Contee na Bahia

Entre os dias 25 e 27 de outubro de 2013, na Bahia, o Sinpro-Rio participou da 16ª edição do Conselho Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Consind). Com o tema: “valorização profissional dos(as) trabalhadores(as) em educação: contra a terceirização nas escolas e pelo direito ao descanso”, os delegados e as delegadas de todo Brasil debateram a campanha de combate à terceirização, chamando a atenção da sociedade para o quanto essa medida retira a identidade do trabalhador.

O Consind faz parte das ações democráticas que assegurem a participação e avaliação das políticas de forma coletiva. Leia mais no portal da Contee: www.contee.org.br

SINPRO-RIO EM DEFESA DA SAÚDE DO PROFESSOR

A CAMPANHA DA VOZ ESTÁ VOLTANDO. AGUARDE.



Campanha da Voz

SINDICAL

Docentes aprovam a Prestação de Contas de 2012 e Previsão Orçamentária para 2014

Docentes aprovam a Prestação de Contas de 2012 e Previsão Orçamentária para 2014

No dia 25 de novembro, o Sinpro-Rio realizou a Assembleia Geral

Ordinária de Prestação de Contas de 2012 e de Previsão Orçamentária para 2014, como prevê o Estatuto da entidade. Compuseram a mesa o 1º tesoureiro do sindicato, professor Marcelo Pereira; o

secretário-geral, professor Marcio Fialho; e o presidente do Sinpro-Rio, professor Wanderley Quêdo. Representando o Conselho Fiscal, o professor Arnaldo Borba leu parecer solicitando a

aprovação tanto da prestação de contas quanto da previsão orçamentária. Ao final, foram aprovadas as contas de 2012 e a previsão orçamentária de 2014, apresentadas pela Diretoria.

Balanço patrimonial em 2012

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2012	
ATIVO	
CIRCULANTE	683.696,02
CAIXA	42.474,69
BANCOS - C/ MOVIMENTO	35.324,12
BANCOS - C/ APLICAÇÕES	113.421,56
ACORDOS JUDICIAIS / EXTRAJUDICIAIS	190.671,16
ADIANTEMENTOS DIVERSOS	7.547,20
OUTRAS CONTAS A RECEBER	132.778,02
TRIBUTOS A RECUPERAR	161.479,27
NÃO CIRCULANTE	6.455.922,93
IMOBILIZADO	6.281.361,95
INTANGÍVEL	174.560,98
TOTAL DO ATIVO	7.139.618,95
PASSIVO	
CIRCULANTE	1.458.680,73
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.458.680,73
PATRIMÔNIO SOCIAL	5.680.938,22
TOTAL DO PASSIVO	7.139.618,95

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
ATIVO	2012	PASSIVO	2012
CIRCULANTE	683.696,02	CIRCULANTE	1.458.680,73
CAIXA	42.474,69	CONTAS A PAGAR	875.309,04
BANCOS C/ MOVIMENTO	35.324,12	FORNECEDORES	425.658,46
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	113.421,56	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	35.493,61
ADIANTEMENTOS DIVERSOS	7.547,20	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	122.219,62
OUTRAS CONTAS A RECEBER	132.778,02	PATRIMONIO SOCIAL	5.680.938,22
ACORDOS JUDICIAIS /EXTRAJUD.	190.671,16	PATRIMONIO REALIZADO	9.416.227,39
IRRF A RECUPERAR	161.479,27	DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-3.735.289,17
NÃO CIRCULANTE	6.455.922,93		
IMOBILIZADO	6.281.361,95		
IMÓVEIS	4.341.758,01		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	384.637,91		
BIBLIOTECA	4.210,60		
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	544.508,18		
MÁQUINAS E APARELHOS	384.222,62		
INSTALAÇÕES	459.764,34		
VEÍCULOS	162.260,29		
INTANGÍVEL	174.560,98		
DIREITO DE USO-SOFTWARES	143.353,98		
DIREITO USO LINHA TELEFONICA	31.207,00		
TOTAL DO ATIVO	7.139.618,95	TOTAL DO PASSIVO	7.139.618,95

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2012		
RECEITAS	2012	%
SEDE	4.383.423,40	54,5 %
CAMPO GRANDE	64.654,00	0,8 %
BARRA DA TIJUCA	152.024,99	1,9 %
MADUREIRA	44.029,25	0,5 %
EDUCAÇÃO E CULTURA	473.455,73	5,9 %
JURÍDICO	1.157.892,14	14,4 %
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1.773.095,46	22,0 %
TOTAL DA RECEITA	8.048.574,97	100,0 %
SEDE – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	6.113.241,49	51,9 %
CAMPO GRANDE - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	356.914,63	3,0 %
DUQUE DE CAXIAS – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	45.927,52	0,4 %
BARRA DA TIJUCA - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	151.045,68	1,3 %
MADUREIRA - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	204.792,59	1,7 %
COMUNICAÇÃO – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	238.210,78	2,0 %
EDUCAÇÃO E CULTURA –DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	688.855,26	5,8 %
JURÍDICO - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2.211.780,73	18,8 %
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL-DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	1.773.095,46	15,1 %
TOTAL DA DESPESA	11.783.864,14	100,0 %
DÉFICIT NO PERÍODO	- 3.735.289,17	



Foto: Alessandra Novaes

SINDICAL

ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

GRUPO DE CONTAS	EXERCÍCIO 2012
DISPONÍVEL	191.220,37
PASSIVO CIRCULANTE	1.458.680,73
(ÍNDICE IDEAL = > 1,00) ÍNDICE	0,1311

• Este índice evidencia os recursos existentes no ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo constante no passivo circulante. É obtido através da relação ativo circulante e passivo circulante. De acordo com o quadro acima, o Sinpro-Rio , apresenta liquidez corrente parcial de 46,87 % , do Passivo Circulante.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

GRUPO DE CONTAS	EXERCÍCIO 2012
ATIVO CIRCULANTE	683.696,02
PASSIVO CIRCULANTE	1.458.680,73
(ÍNDICE IDEAL => 1,00) ÍNDICE	0,4687

• Este índice evidencia os recursos existentes no ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo constante no passivo circulante. É obtido através da relação ativo circulante e passivo circulante. De acordo com o quadro acima, o Sinpro-Rio , apresenta liquidez corrente parcial de 46,87 % , do Passivo Circulante.

IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

GRUPO DE CONTAS	EXERCÍCIO 2012
ATIVO PERMANENTE	6.281.361,95
PATRIMÔNIO SOCIAL	5.680.938,22
ÍNDICE	110,57

• Este índice é obtido através da relação entre o ativo permanente e o patrimônio social, e demonstra quantos reais foram aplicados no ativo permanente para cada real R\$ 1,00 do patrimônio social. O índice constante no quadro acima demonstra que o Sinpro-Rio destinou ao ativo permanente 110,57 % dos recursos não correntes.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	DEZ/12	%
CIRCULANTE	683.696,02	9.58 %
PERMANENTE	6.455.922,93	90,42 %
TOTAL	7.139.618,95	100,00 %

PASSIVO	DEZ/12	%
CIRCULANTE	1.458.680,73	20,43 %
PATRIMONIO LIQ	5.680.938,22	79,57 %
TOTAL	7.139.618,95	100,00 %

A análise do quadro acima demonstra que no exercício de 2012, em relação ao ativo total, o ativo circulante corresponde a 9.58 % e o ativo permanente 90,42 %. O passivo circulante representa 20,43 % do passivo total, demonstrando que o Sinpro-Rio está pouco comprometido com suas obrigações a curto prazo.

Cineclube Memória

Cinema e censura durante os anos da ditadura militar

Quintas-feiras, às 18h30 (Entrada franca)

- Abril**
10 - A Guerra dos Pelados. (Sylvio Back, 1970)
- Maio**
29 - São Bernardo. (Leon Hirszman, 1972)
- Junho**
05 - Vai Trabalhar, Vagabundo. (Hugo Carvana, 1973)
- Julho**
31 - Tenda dos Milagres. (Nelson Pereira dos Santos, 1977)
- Agosto**
28 - Bye Bye, Brasil. (Cacá Diegues, 1979)
- Setembro**
25 - O Homem que virou Suco. (João Batista de Andrade, 1981)
- Outubro**
30 - Pixote, a lei do mais fraco. (Héctor Babenco, 1981)
- Novembro**
27 - Pra Frente, Brasil. (Roberto Farias, 1982)
- Dezembro**
11 - Jango. (Silvio Tendler, 1984)

Escola do Professor

SINDICAL

Proposta orçamentária para 2013

DESPESAS	
RUBRICAS	ANUAL
FOLHA DE PAGAMENTO	1.750.000,00
OUTRAS DEPEAS COM FUNCIONÁRIOS	168.500,00
REQUISIÇÃO	500.000,00
FÉRIAS	270.000,00
13º SALÁRIO	180.000,00
AJUDA DE CUSTO	590.000,00
ENCARGOS SOCIAS	1.100.000,00
ALUGUÉIS	149.000,00
AÇÕES TRABALHISTAS	320.000,00
AUXÍLIO FUNERAL	7.000,00
BRINDES	8.000,00
CÁLCULOS JUDICIAS	50.000,00
CAMPANHA SALARIAL	350.000,00
CAMPANHA SAÚDE DO PROFESSOR	50.000,00
CARTÓRIOS	35.000,00
CONDOMÍNIOS	230.000,00
CONDUÇÃO E TRANSPORTE	25.000,00
CONGRESSOS, CONS. SIND. E SEMINÁRIOS	30.000,00
CONTABILIDADE	108.000,00
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES	260.000,00
CORREIOS	80.000,00
CUSTAS JUDICIAS	40.000,00
DESPESAS FINANCEIRAS	100.000,00
DOAÇÕES	12.000,00
ESTADIAS	30.000,00
EDUCAÇÃO E CULTURA	278.000,00
EVENTOS SOCIAL / CULTURAL	20.000,00
FRETES E CARRETOS	8.000,00
IMPOSTO E TAXAS	30.000,00
INSS S/ SERV. PRESTADOS	60.000,00
INTRANET/ EMBRATEL	60.000,00
ELEIÇÕES	300.000,00
AGENDA DO PROFESSOR	70.000,00
LUZ E FORÇA	80.000,00
MANUTENÇÃO	145.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00
REVISTA CULTURAL	20.000,00

RECEITAS	
RUBRICAS	ANUAL
CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA	2.500.000,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	2.200.000,00
ASSISTENCIAL	2.000.000,00
EDUC. E CULTURA – CURSOS / COPAP E SINDITUR	450.000,00
ALUGUÉIS	240.000,00
OUTRAS RECEITAS (CARTEIRAS SOCIAIS, COMISSÃO PLANO DE SAÚDE, PROCESSOS JUDICIAIS COLETIVOS, CREDITOS A RECEBER – ASSOCIATIVA, ASSISTENCIAL E SINDICAL: 2011/2012/2013)	1.250.000,00
HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIAS	450.000,00
TOTAL	9.090.000,00

DESPESAS	
RUBRICAS	ANUAL
SERVIÇOS JURÍDICOS	700.000,00
INFORMÁTICA	240.000,00
RECORTES DE JORNAIS – DIÁRIO OFICIAL	20.000,00
REVISÃO DE TEXTO	30.000,00
SERVIÇOS PRESTADOS P/ PF	40.000,00
SERVIÇOS PRESTADOS P/ PJ	60.000,00
TELEFONES	80.000,00
CÓPIAS	3.000,00
TOTAL	R\$ 8.854.500,00

SUPERÁVIT = R\$ 235.500,00



SAÚDE DO PROFESSOR
www.saudedoprofessor.com.br



SinproTV
www.youtube.com/sinproriotv



facebook
Curta o Sinpro-Rio



twitter
@sinprorio

NOTÍCIAS

O Sinpro-Rio na ditadura



Prof. Saldanha na posse da diretoria em julho de 1969

O golpe de abril de 1964 destruiu os mais diversos setores da sociedade brasileira; na educação e na organização sindical docente não foi diferente. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração “comunista” era suficiente para demissão, suspensão e apreensão. Anísio Teixeira, por exemplo, que ocupava a reitoria da Universidade de Brasília, foi sumariamente demitido, logo após o golpe. O Programa Nacional de Alfabetização, que era dirigido por Paulo Freire, foi liquidado. O Movimento de Educação de Base, desenvolvido pela Igreja Católica teve seu material educativo apreendido, monitores perseguidos e verbas cortadas.

Dentro de nosso Sindicato, as medidas ditatoriais se fizeram sentir mais diretamente já em 13 de junho de 1964, quando seu presidente Hélio Marques Silva teve seus direitos políticos suspensos e sua prisão decretada. Sua prematura saída da liderança do Sindicato iniciou um frenético movimento para evitar que outros diretores fossem presos. Atas de reunião, fichas de sindicalização, ordens escritas, exemplares da “Folha do Professor” e outros muitos documentos produzidos pelo Sindicato foram escondidos ou incinerados. Toda essa preocupação se deveu ao fato de que, em poder do professor Hélio Marques, a polícia encontrou diversos telegramas trocados entre ele e José de Almeida Barreto que levaram às correspondências entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato da Ciência e Cultura de Moscou, o ministro Darcy Ribeiro, João Pinheiro Neto, Leonel Brizola, João Goulart, a UNE, entre outros.

Como era de se esperar, a polícia não

tardou a se fazer presente dentro do Sindicato. Dois dias após a prisão de Hélio Marques, o major Cleber Bonecker e o capitão da PM do Estado da Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget chegaram à sede com a ordem de abertura dos cofres, como determinava o AI-1. Os diretores presentes assistiram aos militares levarem consigo um recibo no valor de Cr\$ 2.500,00 referentes a despesas com piquetes de greve e que possuía três assinaturas de membros da diretoria que passaram a ser alvo de investigação. Além disso, foram levados um cheque referente a imposto sindical no valor de Cr\$ 57.335,00, uma passagem aérea utilizada por Bayard Boiteux com destino de a Belo Horizonte e um livro de atas de reuniões da diretoria.

Outros diretores também sofreram com processos e investigações. Carlos da Silva Teixeira, por exemplo, antes de assumir a presidência foi indiciado e convocado a prestar depoimento em inquérito policial aberto em junho de 1964, por determinação do Marechal Taurino de Resende Neto. Sua convocação tinha o intuito de apurar os fatos e as possíveis responsabilidades de todos os dirigentes do Sindicato e da FITEE - Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - e do Sindicato que tinham desenvolvido qualquer tipo de atividade enumerada nas leis que definiam os crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social (lei 1802 de 05 de janeiro de 1953), além da acusação de atividade subversiva.

Pouco a pouco, as lideranças do Sindicato foram sendo fichadas e obrigadas a prestar depoimento ou a abandonar suas atividades. Os primeiros a sofrer tais sanções foram os que nos últimos

anos estiveram na linha de frente do Sindicato como Hélio Marques que, após sua destituição do cargo de presidente da instituição e de sua prisão, foi demitido de seu cargo no Ministério da Educação em outubro de 1964. No mesmo processo, os professores Bayard Boiteux e José de Almeida Barreto, representantes do Sindicato na FITEE e ex-presidentes do Sindicato, foram demitidos de seus cargos no Colégio Pedro II. José Stamato, suplente de diretoria, foi demitido do cargo de professor assistente da UFRJ e o tesoureiro Walter Ribeiro Lemos foi dispensado de seu contrato como professor do Colégio Naval. Além deles, outro representante do Sindicato na FITEE, o professor Henrique Baptista Aranha Miranda, teve todos os seus direitos políticos cassados devido a sua condição de ex-vereador da Guanabara pelo PTB.

Dentro do Sindicato, o esperado ganho real para 1965, caso as Reformas de Base fossem aprovadas, deu lugar à frustração e ao medo. Tornava-se comum a visita de elementos da polícia nas dependências da instituição e a cada nova invasão um professor, diretor ou associado, era convidado a prestar seu

depoimento. Qualquer tipo de reunião ou deliberação passou ser feita às escondidas, em salas emprestadas, longe do endereço oficial e distante de boa parte de seus associados. Tristemente, a categoria foi sendo afastada de seu Sindicato. A denúncia de diretores feita pelos próprios colegas frequentadores da instituição abalou a confiança daqueles que se mantiveram na luta.

No caso mais emblemático na história do Sinpro-Rio, tivemos a eleição da diretoria de 1969 onde, na qual a chapa liderada pelo professor de história Afonso Henrique Saldanha é eleita por ampla maioria. Contudo, o professor Saldanha é impedido de tomar posse, acusado de subversão, e foi preso nas dependências do Sindicato. Aposentado compulsoriamente do cargo de inspetor de ensino do MEC em 24/05/1972, o professor Saldanha vem a falecer em dezembro de 1974 em decorrência das torturas sofridas durante sua prisão. Seus sucessores não mantiveram a mesma pauta de lutas dos direitos da categoria e até as eleições sindicais de 1978 o Sinpro-Rio conviveu com denúncias e ocupação de seus espaços por alguns professores simpáticos ao regime.

Ato relembra 50 anos do Comício da Central

No último 13 de março foi realizado, em frente à Central do Brasil, ato para lembrar os 50 anos do Comício pelas Reformas, convocado pelo então presidente João Goulart. O comício foi uma proposta do próprio Jango como forma de pressionar o Congresso Nacional a aprovar as chamadas Reformas de Base: agrária, eleitoral, educacional, política, entre outras.

O ato, convocado por centrais sindicais e organizações sociais, foi marcado pelo questionamento: Como estaria o Brasil atualmente se, duas semanas depois, em 1º de abril de 1964, Jango não tivesse sido deposto por conta do golpe.

Os militantes presentes lembraram a luta contra o regime militar, responsável por centenas de torturas e desaparecimentos. O presidente da Comissão Estadual da Verdade e ex-presidente da OAB, Wadih Damous, afirmou em seu discurso que é necessário lidar com o legado que a ditadura deixou na sociedade:

- Os torturadores e assassinos continuam impunes. A violência policial é consequência disso. Nós temos que nos perguntarmos onde está Rubens Paiva, Mário Alves, Stuart Angel, mas também onde está Amarildo. Essas barbaridades, como os desaparecimentos, continuam acontecendo em plena democracia. Esse é um ato para refletirmos sobre essas questões.

Agenda do Professor 2014: saiba como retirar

Como fazemos todos os anos, a agenda do Sinpro-Rio traz um tema que ilustra bem seu conteúdo. Este ano, o tema escolhido foi a censura dos filmes brasileiros no período da Ditadura

Militar. Todo o trabalho científico foi feito de maneira que pudéssemos tomar conhecimento da visão do censor, para proibir a reprodução do filme, considerando os aspectos políticos da época, bem como a orientação governamental para o assunto. Assim a agenda se

transforma, como em todos os anos, em um verdadeiro documento histórico.

Ela já se encontra à disposição nas Sede e Subsedes do Sindicato. Basta comparecer a uma delas e retirá-la.

Para mais informações, acesse o site ou entre em contato pelo telefone 3262-3400.



COPAP

O Idoso na Sociedade e a luta pelos seus Direitos

A sociedade, hoje, valoriza o novo. O velho está sendo descartado. É uma característica, principalmente, da sociedade ocidental capitalista. Embora a pessoa idosa tenha sido contemplada por leis, as suas conquistas efetivas são limitadas, como, por exemplo, o Estatuto do Idoso que, ao completar dez anos de existência, deixa claro que houve um avanço no tratamento ao aposentado, mas ainda muito longe do necessário e do direito pleno.

A origem desta situação está no sentimento e na percepção que a sociedade mantém em relação à pessoa idosa, que é vista como um ser improdutivo, dependente e tolerado, e sofre de uma carência de atenção, afeto e, acima de tudo, de respeito. E todo este absurdo acontece no âmbito social, familiar e profissional, que se agrava pelo baixo valor da aposentadoria que recebe.

No Brasil, uma das instituições responsáveis pela assistência e aposentadoria do trabalhador é o INSS. O fundo da previdência tem sido muito discu-

tido em função de fatores, como Desafios da Expectativa de Vida, Fator Previdenciário, Formas de Contribuição e Inclusão Social.

Entretanto, uma das situações mais polêmicas destas discussões é a que, no futuro, o INSS não cumpra com seus compromissos. E nós concordamos com aqueles que, com base em estudos e pesquisas sérias, afirmam que o INSS não é deficitário.

Há uma indignação dos aposentados contra o Poder Judiciário, que faz claros e declarados julgamentos políticos em desfavor do segmento. Exemplo máximo deste desvirtuamento foi dado pelo Supremo Tribunal Federal, quando, recentemente, fixou a decadência de dez anos para as ações revisionais de benefícios. Desta forma, os aposentados, pensionistas e idosos do Brasil têm sofrido, nos últimos anos, uma das piores torturas que se pode realizar contra a pessoa humana: a tortura econômica.

Para um grupo considerável de professores, que trabalha em escolas do setor privado, duas situações têm sido

alvo de preocupação e revolta: trabalham, aposentam-se e, mesmo aqueles que o fazem pelo teto máximo, passam a receber aquém do que ganhavam na ativa, o que os obriga, muitas vezes, a continuar trabalhando para ajudar os pais, que já estão bem idosos, e também filhos e netos. E, apesar de aposentados, continuam contribuindo para o INSS, mas sem direito à licença médica para além de quinze dias, tendo que se sujeitar à minguada renda da aposentadoria. A solução para este quadro é trabalhar até morrer, se os donos das escolas assim o quiserem. Outro motivo de desesperança é que esta contribuição à Previdência, após a aposentadoria, não lhes traz nenhum benefício, pois, ao encerrarem suas atividades profissionais ela será esquecida.

Em vista das dificuldades encontradas, no momento, pelos aposentados pelo INSS e no nível de desmobilização em que se encontram, propomos ao nosso Sindicato um plano de luta.

O SINPRO deverá trabalhar para:

1. Exigir mais agilidade no julga-

mento dos processos trabalhistas;

2. Conquistar novos direitos para professores aposentados e que continuam trabalhando, principalmente em relação à licença saúde e contribuição ao INSS após a aposentadoria;

3. Estimular o aposentado a participar da vida sindical, nas Federações, nas Confederações e nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais;

4. Motivar os aposentados a ampliar sua participação nos cursos, palestras, seminários, congressos e demais atividades da Escola do Professor e da COPAP;

5. Intensificar a divulgação das atividades do Sindicato, através de diversificados canais de comunicação, objetivando contribuir com outras entidades de classe;

6. Continuar estimulando o intercâmbio entre profissionais de diferentes faixas etárias, objetivando aliar o conhecimento e a experiência do idoso ao conhecimento e experiência do jovem;

7. Estabelecer parcerias com agências de viagem, visando melhores condições financeiras e culturais.

NOTÍCIAS

O Orçamento Participativo começa e se tornar realidade

A comissão responsável pela implementação do OP realiza, os preparativos para o primeiro seminário

Cumprindo a decisão do 11º ConSinpro a comissão organizadora composta por diretores das regionais, executiva e conselho fiscal, iniciaram os preparativos para o 1º seminário, a ser realizado dia 28 de abril, que tem como objetivo esclarecer a categoria sobre OP e as suas prioridades.

Para o diretor de Comunicação do Sinpro-Rio, André Jorge Marinho, que esta coordenando a comissão: “O OP é uma importante ferramenta na democratização da informação financeira da entidade e pode contribuir para o real empoderamento das decisões. Apesar da resistência interna de alguns diretores, acredito que precisamos estabelecer uma nova cultura política entre o Sinpro-Rio e a categoria. Fortalecendo a participação na definição das políticas da entidade e na

luta por um outro modelo de sociedade.”

A proposta da criação do Orçamento Participativo (OP) é recuperar a importância estratégica na definição orçamentária e construir mecanismo de empoderamento da categoria. Incentivando a participação e envolvimento necessário no fortalecimento da luta dos trabalhadores em educação. O Sinpro-Rio defende o empoderamento democrático e a construção dos valores republicanos como essenciais a uma nova cultura política-sindical.

Conheça a composição da Comissão do OP: André Jorge Marinho, Francisco Brossard, Magna Corrêa, Marcelo Pereira, Paulo César Ribeiro, Lucimar Bonfim, Carla Daniele, José Ângelo Benedito e Fernando Vieira.

Acompanhem mais informações pelo portal www.sinpro-rio.org.br

Sinpro-Rio traz mais um benefício aos professores da Zona Oeste e Base Estendida



PROFESSOR

Agora você tem mais opções de Planos de Saúde para sua Classe

CEMERU, PrimaVida, Silvestre Saúde, UH Saúde

Obs: Condições especiais para professores vinculados ao SinproRio.

A partir de agora o professor (a) sindicalizado tem mais um plano à sua disposição. O sindicato fez convênio com a ABBES e disponibilizou planos mais vantajosos para a categoria. Para mais informações entre em contato com o telefone 2415-4686 e 3402-1768.